

The background features several light blue gears of various sizes and orientations. A horizontal arrow points to the right in the upper left, and a vertical arrow points downwards in the lower left. In the upper right, two gears are shown meshing together.

Macroprocessos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
MACROPROCESSOS.....	3
CADEIA DE VALOR.....	4
MACROPROCESSO 1: Supervisão da Gestão.....	5
MACROPROCESSO 2: Controle da Gestão.....	7
MACROPROCESSO 3: Apoio Processual.....	10
MACROPROCESSO 4: Estratégia Organizacional.....	12
MACROPROCESSO 5: Administração Geral.....	14
MACROPROCESSO 6: Comunicação Institucional.....	16
MACROPROCESSO 7: Gestão e Governança de TIC.....	18
GLOSSÁRIO	20

APRESENTAÇÃO

Ao considerar o conceito de macroprocesso como sendo o conjunto de processos por meio do qual a missão de uma instituição é cumprida, sua identificação é tarefa estratégica e de extrema importância para as etapas subsequentes da melhoria do fluxo de trabalho e consequente melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

Dessa forma, o Tribunal de Contas da União – TCU, no exercício de suas competências constitucionais solicitou através da Decisão Normativa – TCU Nº 134/2013 que fosse incluído no Relatório de Gestão Anual, documento a que todos os Órgãos da Administração Pública estão submetidos como forma de prestação de contas, a inclusão dos macroprocessos finalísticos e de apoio, bem como as entradas, saídas e principais clientes e parceiros, formando assim a cadeia de valor do Órgão que permite a compreensão do fluxo de agregação de valor aos serviços colocados à disposição da sociedade.

Para identificar os macroprocessos e criar a cadeia de valor do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, foram usados como subsídio os principais documentos que estabelecem as competências, as atribuições e a estrutura do Órgão: o Regimento Interno e o Regulamento Geral do Conselho, instituídos, respectivamente, pela Resolução Administrativa 893/2002, posteriormente revogada pela Resolução Administrativa 1064/2005, e pelo Ato CSJT.GP.SG n.º 105/2012. Por meio da análise desses documentos, foi possível identificar as principais atividades exercidas pelas áreas do Órgão para o cumprimento de sua missão (macroprocessos), bem como a definição das entradas, produtos e clientes.

Em uma segunda etapa, foram feitas reuniões com os gestores das unidades para revisão e validação do conteúdo do documento.

Definidos os macroprocessos, suas entradas, saídas e clientes, a etapa final foi a elaboração da representação gráfica da cadeia de valor do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, sendo esta ilustrada por meio de uma engrenagem, tendo em vista a forma como o Órgão funciona, onde as diversas áreas interagem de forma conjunta, se complementam e se fortalecem entre si para o cumprimento de sua missão institucional.

Por fim, além do cumprimento da solicitação do TCU, este trabalho tem também o propósito de demonstrar que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho tem como objetivo promover, na prática, a vivência da missão organizacional, a partir de esforços conjuntos e racionalizados de forma a atender as expectativas da sociedade e maximizar o desempenho institucional.

MACROPROCESSOS

Os Macroprocessos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT permitem uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno organizacional. Explicam como este Conselho opera para realizar sua missão de supervisionar a gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. Foram estabelecidos sob a ótica das competências legais e dos resultados gerados para as Cortes Regionais na consecução de suas competências constitucionais. Classificam-se em Finalísticos e de Apoio, conforme abaixo:

Finalístico	1. Supervisão da Gestão
De Apoio	2. Controle da Gestão 3. Apoio Processual 4. Estratégia Organizacional 5. Administração Geral 6. Comunicação Institucional 7. Gestão e Governança de TIC

Os Macroprocessos Finalísticos estão relacionados diretamente aos produtos e serviços que o Conselho disponibiliza segundo sua competência legal, ao passo que os de Apoio dão suporte àqueles, de forma a garantir que os objetivos institucionais sejam atingidos, a missão realizada e a visão de futuro alcançada.

A partir das demandas, são descritos os resultados, clientes e necessidades a serem entregues, bem como os processos que os produzem. Essa abordagem favorece o estabelecimento de indicadores de desempenho e a adoção de melhorias em processo de trabalho e instrumentos de controle, de forma a atender às necessidades da sociedade e maximizar o desempenho institucional.

Cadeia de Valor

ENTRADAS

- Aperfeiçoamento da Estrutura
- Atendimento às necessidades da JT
- Solicitação de Normas e Padrões
- Consultas quanto à Justiça do Trabalho
- Processos ligados à Gestão da JT
- Macrodesafios do Poder Judiciário



PRODUTOS

- Regularidade da Gestão
- Boas práticas de Gestão
- Estrutura Organizacional adequada
- Alinhamento Estratégico
- Transparência

CLIENTES

- JT de 1º e 2º graus
- CSJT
- CNJ
- TCU
- Sociedade
- Ministério Público
- TST
- Demais Órgãos da Administração Pública

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Legenda

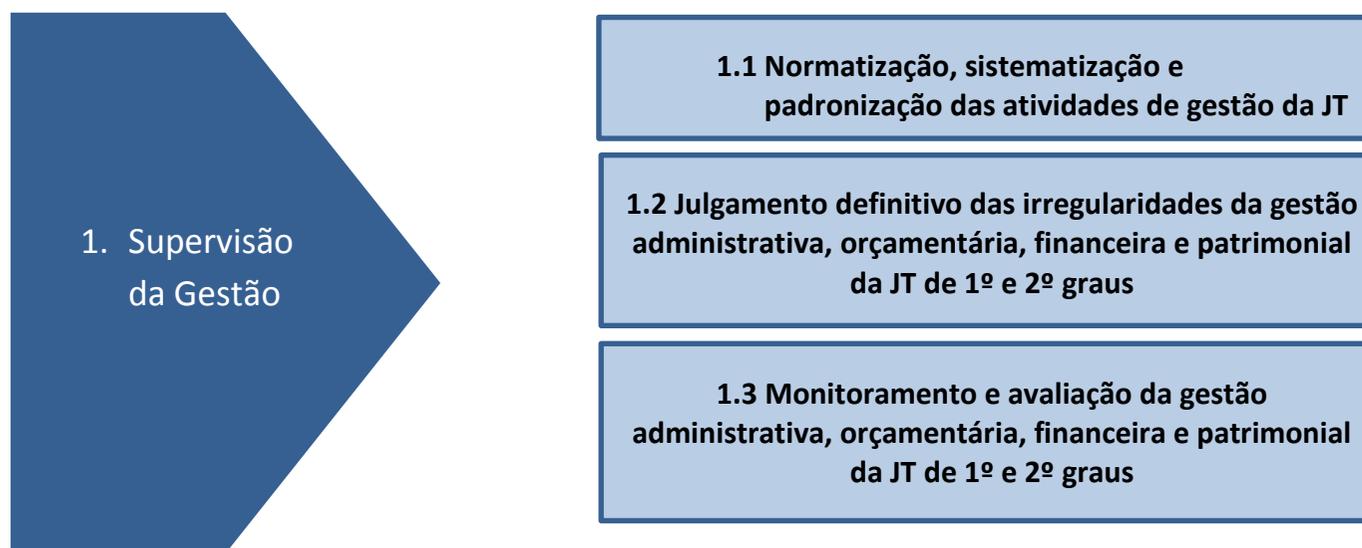
Entradas: solicitações ou processos que sofrerão transformação para a entrega de um produto ou serviço.

Produtos: resultados do processo de transformação das entradas.

Clientes: todos os envolvidos e interessados no processo.

MACROPROCESSO 1: SUPERVISÃO DA GESTÃO

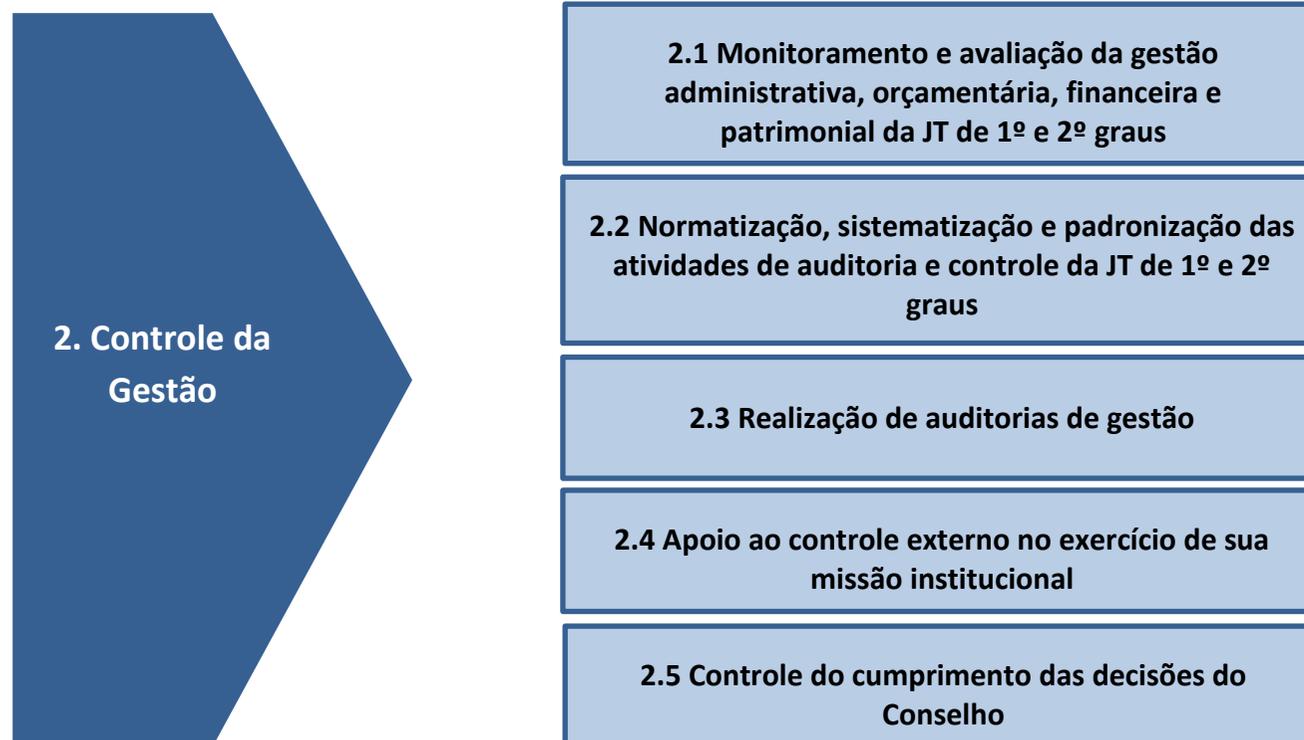
Tem por objetivo supervisionar a Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus quanto à gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial.



PROCESSO	RESULTADOS	CLIENTES	NECESSIDADES	UNIDADES TÉCNICAS
1.1 Normatização, sistematização e padronização das atividades de gestão da JT de 1º e 2º graus	<ul style="list-style-type: none"> • Atos, Resoluções, Acórdãos e demais normas aprovadas pelo Plenário e pela Presidência do CSJT e que visem à adequada gestão da JT de 1º e 2º graus; • Cadernos Administrativo e Judiciário do CSJT; • Pesquisa eletrônica da jurisprudência no sítio do CSJT; • Padrões relativos à gestão da JT de 1º e 2º graus. 	<ul style="list-style-type: none"> • JT de 1º e 2º graus; • TCU; • Sociedade; • CNJ. 	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir normativos ligados à gestão da JT de 1º e 2º graus; • Sistematizar as decisões do CSJT de modo a facilitar a consulta, interpretação e correta aplicação pela JT de 1º e 2º graus; • Definir padronizações, com efeito vinculante, relativas à gestão administrativa, financeira, orçamentária e patrimonial da JT de 1º e 2º graus. 	<ul style="list-style-type: none"> • ASCOM • CCAUD • CFIN • CGDOC • CGEST • CGPES • CPROC • SETIC
1.2 Julgamento definitivo das irregularidades da gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da JT de 1º e 2º graus	Solução definitiva, com efeito vinculante, das irregularidades da gestão da JT de 1º e 2º graus.	<ul style="list-style-type: none"> • JT de 1º e 2º graus; • TCU; • Sociedade; • Ministério Público. 	Zelar para que a gestão da JT de 1º e 2º graus seja realizada com legalidade, moralidade, eficiência e efetividade.	<ul style="list-style-type: none"> • Plenário CSJT
1.3 Monitoramento e avaliação da gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da JT de 1º e 2º graus	Adequação da gestão da JT de 1º e 2º graus às decisões do CSJT.	<ul style="list-style-type: none"> • JT de 1º e 2º graus; • TCU; • Sociedade. 	Supervisionar a gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da JT de 1º e 2º graus.	<ul style="list-style-type: none"> • ASCOM • CCAUD • CFIN • CGDOC • CGEST • CGPES • CPROC • SETIC

MACROPROCESSO 2: CONTROLE DA GESTÃO

Tem por objetivo exercer o controle da JT de 1º e 2º graus quanto aos aspectos administrativo, orçamentário, financeiro, patrimonial, bem como apoiar o Controle Externo da Administração Pública.

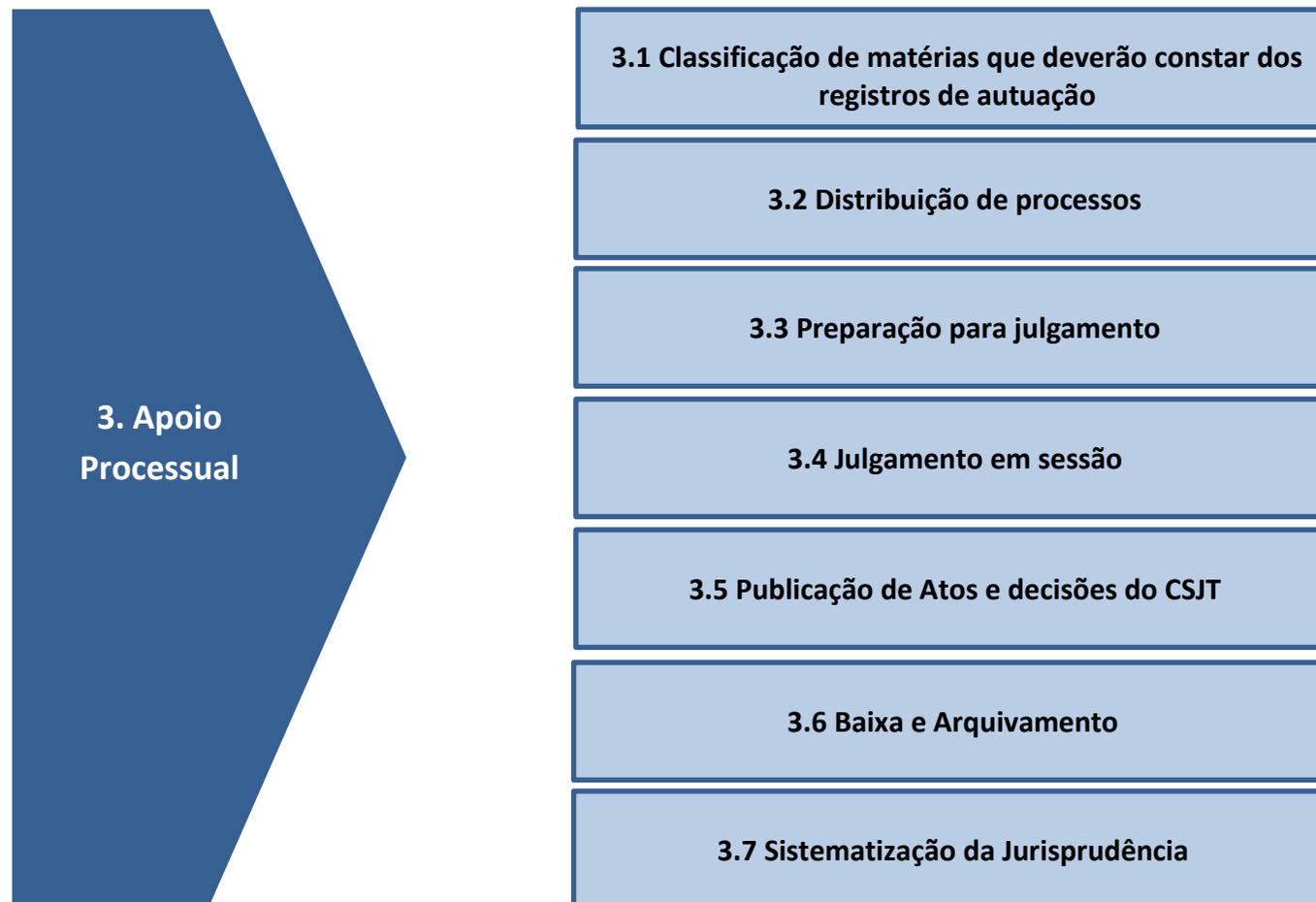


PROCESSO	RESULTADOS	CLIENTES	NECESSIDADES	UNIDADES TÉCNICAS
2.1 Monitoramento e avaliação da gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da JT de 1º e 2º graus	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento das metas e diretrizes estabelecidas no PPA, na LDO e na LOA; • Avaliação dos resultados obtidos pela gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da JT de 1º e 2º graus, no tocante à legalidade, eficiência, eficácia, economicidade e efetividade. 	JT de 1º e 2º graus.	Aprimorar a gestão pública da JT de 1º e 2º graus.	<ul style="list-style-type: none"> • ASCOM • CCAUD • CFIN • CGDOC • CGEST • CGPES • CPROC • SETIC
2.2 Normatização, sistematização e padronização das atividades de auditoria e controle da JT de 1º e 2º graus	<ul style="list-style-type: none"> • Atos, Resoluções, Acórdãos e demais normas que visem à adequada realização de auditorias e controle interno da JT de 1º e 2º graus e que foram aprovadas pelo Plenário do CSJT; • Pesquisa eletrônica ao sítio do CSJT sobre auditoria e controle interno da JT; • Estabelecimento de padrões a serem seguidos quanto à gestão da JT de 1º e 2º graus; • Código de Ética do Auditor Interno e Manual de Auditoria da JT de 1º e 2º graus atualizados. 	JT de 1º e 2º graus.	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir normativos ligados à realização de auditorias e controle interno da JT de 1º e 2º graus; • Sistematizar as decisões do CSJT de modo a facilitar a consulta, interpretação e correta aplicação, nas áreas de auditoria e controle interno, pela JT de 1º e 2º graus; • Definir padronizações, com efeito vinculante, relativas à gestão administrativa, financeira, orçamentária e patrimonial da JT de 1º e 2º graus; • Editar e atualizar o Código de Ética do Auditor 	<ul style="list-style-type: none"> • CCAUD
2.3 Realização de auditorias de gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Anual de Auditoria e ações de controle; • Realização de auditorias de gestão e demais técnicas ou ações de controle, constantes do Plano Anual de Auditorias; • Produção de determinações do CSJT que alterem a atuação do JT de 1º e 2º graus. 	<ul style="list-style-type: none"> • CSJT; • JT de 1º e 2º graus 	Verificar a regularidade da gestão quanto aos aspectos da legalidade, eficiência, eficácia, economicidade e efetividade.	<ul style="list-style-type: none"> • CCAUD

PROCESSO	RESULTADOS	CLIENTES	NECESSIDADES	UNIDADES TÉCNICAS
2.4 Apoio ao controle externo no exercício de sua missão constitucional	<ul style="list-style-type: none"> • Interlocução com o TCU e órgãos de controle interno, no âmbito dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo; • Sugestão da remessa de processos e informações ao CNJ, ao TCU e ao Ministério Público quando constatada irregularidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • TCU; • CNJ; • MPU; • Receita Federal. 	Promover a comunicação, quanto à regularidade da gestão, com os órgãos de controle da Administração Pública.	<ul style="list-style-type: none"> • CCAUD
2.5 Controle do cumprimento das decisões do Conselho	Aplicação efetiva das decisões do CSJT pela JT de 1º e 2º graus.	<ul style="list-style-type: none"> • JT de 1º e 2º graus; • Sociedade. 	Garantir o cumprimento das decisões do CSJT.	<ul style="list-style-type: none"> • ASCOM • CCAUD • CDEP • CFIN • CGDOC • CGEST • CGPES • CPROC • SETIC

MACROPROCESSO 3: APOIO PROCESSUAL

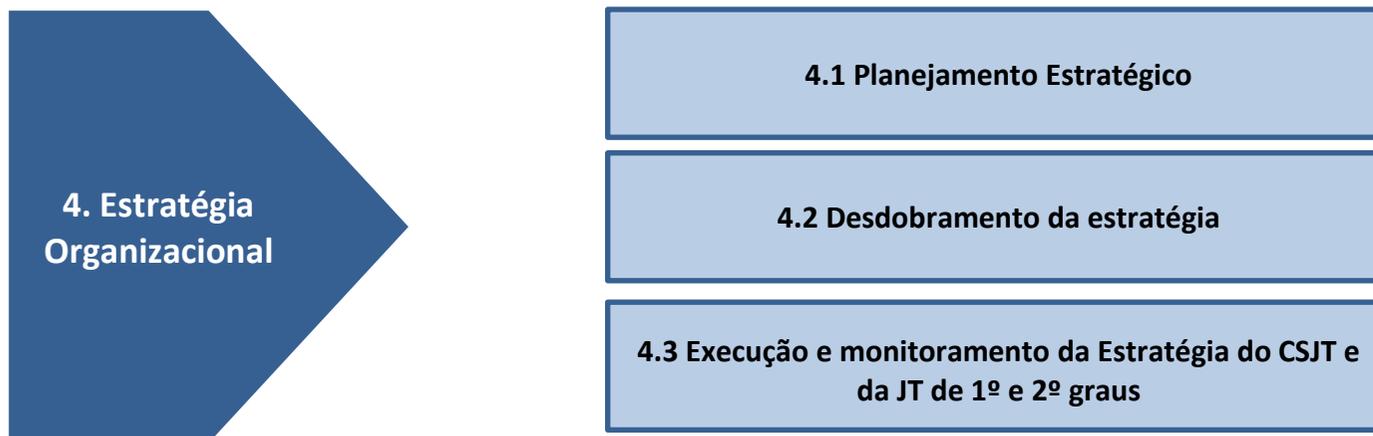
Tem por objetivo apoiar os Conselheiros quanto ao julgamento da gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da JT de 1º e 2º graus.



PROCESSO	RESULTADOS	CLIENTES	NECESSIDADES	UNIDADES TÉCNICAS
3.1 Classificação de matérias que deverão constar dos registros de autuação	Documentos (resoluções, petições, etc) classificados	<ul style="list-style-type: none"> • CSJT; • Partes interessadas. 	Preparar os processos para distribuição.	<ul style="list-style-type: none"> • CPROC
3.2 Distribuição de processos	Processos conclusos aos Relatores	<ul style="list-style-type: none"> • Conselheiros; • Partes interessadas. 	Distribuir os processos entre os Conselheiros para relatoria.	<ul style="list-style-type: none"> • CPROC
3.3 Preparação para julgamento	<ul style="list-style-type: none"> • Intimações pessoais; • Pauta de Julgamento; • Publicação da Pauta. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselheiros; • Advogados; • Partes interessadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Intimar as partes interessadas; • Preparar a pauta de julgamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • CPROC
3.4 Julgamento em sessão	<ul style="list-style-type: none"> • Acórdãos; • Recomendações; • Resoluções; • Enunciados Administrativos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselheiros; • Advogados; • TRT's. 	Proferir decisão colegiada.	<ul style="list-style-type: none"> • CPROC
3.5 Publicação de Atos e decisões do CSJT	Decisões colegiadas e monocráticas publicadas	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade; • JT de 1º e 2º graus; • Judiciário do Trabalho. 	Cumprir o princípio constitucional da publicidade dos atos públicos.	<ul style="list-style-type: none"> • CPROC • Secretaria Geral
3.6 Baixa e Arquivamento	Processos baixados e arquivados	<ul style="list-style-type: none"> • CSJT; • TRT's. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixar os feitos oriundos dos TRT; • Arquivar feitos originados no CSJT. 	<ul style="list-style-type: none"> • CPROC
3.7 Sistematização da Jurisprudência	<ul style="list-style-type: none"> • Cadernos Administrativo e Judiciário do CSJT; • Pesquisa processual eletrônica no sítio do CSJT. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselheiros; • Sociedade; • Advogados; • Ministério Público; • Partes Interessadas; • Judiciário do Trabalho. 	Sistematizar a jurisprudência do CSJT, por meio de uma base de dados informatizada, mediante prévia seleção e registro dos temas para fins de pesquisa.	<ul style="list-style-type: none"> • CPROC

MACROPROCESSO 4: ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

Tem por objetivo implementar uma cultura estratégica planejada e continuada, focada na gestão por resultados e na satisfação da sociedade para o CSJT e Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.



PROCESSO	RESULTADOS	CLIENTES	NECESSIDADES	UNIDADES TÉCNICAS
4.1 Planejamento Estratégico	<ul style="list-style-type: none"> Definição dos Planos Estratégicos Institucionais da JT de 1º e 2º graus e do CSJT, alinhados ao do Poder Judiciário; Definição dos Planos Estratégicos de Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus e do CSJT. 	<ul style="list-style-type: none"> JT de 1º e 2º graus; CSJT; Gestores de Metas; Entidades de Classe; Sociedade; CNJ. 	Prover a Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus e o CSJT de um plano estratégico institucional e de um plano estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), alinhados ao plano estratégico do Poder Judiciário.	<ul style="list-style-type: none"> CGEST SETIC
4.2 Desdobramento da estratégia	Planos Táticos e Operacionais, para a execução da estratégia, alinhados ao do Poder Judiciário, CSJT e da JT.	<ul style="list-style-type: none"> JT de 1º e 2º graus; CSJT. 	<ul style="list-style-type: none"> Desdobrar o Plano Estratégico em Planos Táticos e Operacionais entre os vários setores envolvidos na execução da estratégia; Comunicar a estratégia para toda a organização. 	<ul style="list-style-type: none"> CGEST SETIC
4.3 Execução e monitoramento da Estratégia do CSJT e da JT de 1º e 2º graus	<ul style="list-style-type: none"> Êxito na execução de projetos e ações estratégicos do CSJT, da JT de 1º e 2º graus e Tecnologia da Informação e Comunicação; Divulgação dos resultados ligados à execução da estratégia institucional e de TIC do CSJT e da JT de 1º e 2º graus; Revisão periódica dos Planos Estratégicos Institucionais e de TIC da JT de 1º e 2º graus e do CSJT; Cumprimento das Metas Nacionais e Específicas da JT de 1º e 2º graus. 	<ul style="list-style-type: none"> JT de 1º e 2º graus; CSJT; Sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar e apoiar projetos e ações constantes do plano estratégico; Revisar periodicamente os planos estratégicos; Acompanhar o cumprimento das metas definidas no Plano Estratégico do CSJT e da JT de 1º e 2º graus; Acompanhar o cumprimento das metas Nacionais e Específicas da JT de 1º e 2º graus estabelecidas. 	<ul style="list-style-type: none"> CGEST SETIC

MACROPROCESSO 5: ADMINISTRAÇÃO GERAL

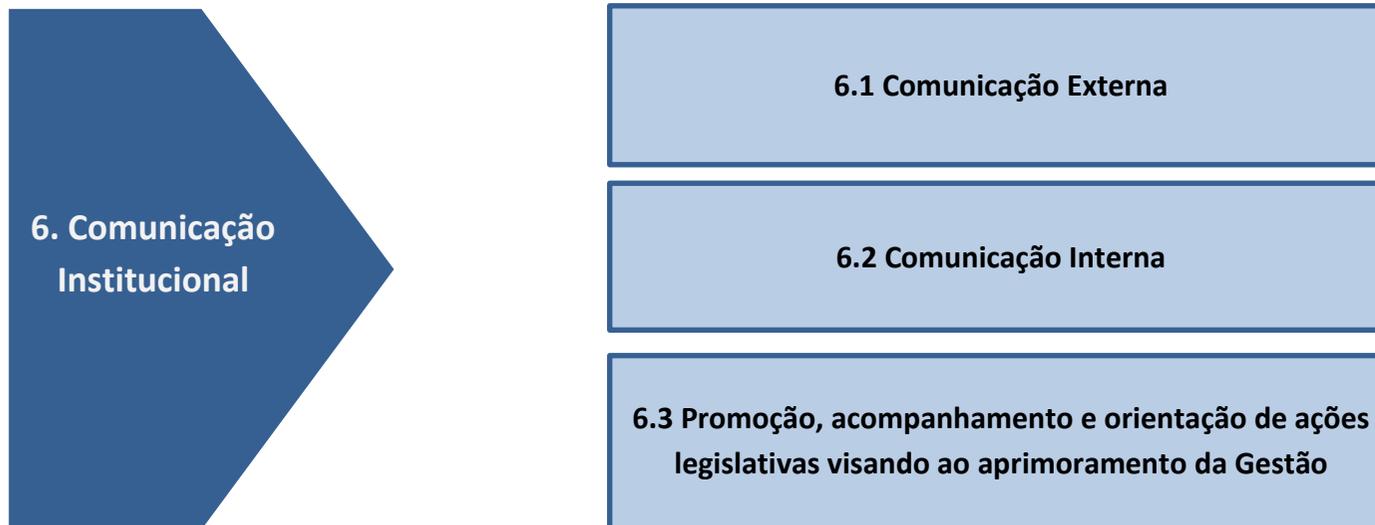
Tem por objetivo sistematizar, aperfeiçoar e racionalizar a gestão dos recursos materiais, humanos, orçamentários, financeiros, bibliográficos e documentais com a finalidade de garantir a eficiência e a qualidade operacional.



PROCESSO	RESULTADOS	CLIENTES	NECESSIDADES	UNIDADES TÉCNICAS
5.1 Gestão orçamentária e financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção das necessidades da JT de 1º e 2º graus na LOA, LDO e PPA; • Programação financeira da JT de 1º e 2º graus; • Liberação dos recursos financeiros para a JT de 1º e 2º graus e TST; • Regulamentação dos atos de administração de recursos orçamentários e financeiros na JT de 1º e 2º graus; • Acompanhamento, supervisão e coordenação das atividades contábeis na JT de 1º e 2º graus. 	<p>JT de 1º e 2º graus</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar a elaboração das propostas de projetos de lei da LOA, LDO e PPA relativos à JT de 1º e 2º graus; • Validar e liberar as propostas de programação financeira da JT de 1º e 2º graus, acompanhando a sua execução; • Propor normas com vistas a regulamentar os atos de administração dos recursos orçamentários e financeiros e contábeis e sua execução na JT de 1º e 2º graus; • Exercer a supervisão contábil, financeira e orçamentária no âmbito da JT de 1º e 2º graus, na condição de órgão setorial contábil. 	<ul style="list-style-type: none"> • CFIN
5.2 Gestão documental e memória	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação da efetividade da execução da gestão documental da JT de 1º e 2º graus; • Preservação da memória da JT de 1º e 2º graus; • Modernização dos arquivos e centros de memória da JT de 1º e 2º graus; • Disponibilização do patrimônio arquivístico da JT de 1º e 2º graus. 	<ul style="list-style-type: none"> • CSJT • TRT's • Sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Propor e acompanhar a execução da gestão documental da JT de 1º e 2º graus; • Zelar pela correta aplicação das normas e procedimentos relativos a produção, classificação, temporalidade, alocação e preservação de documentos da JT de 1º e 2º graus; • Preservar a memória da JT de 1º e 2º graus; • Modernizar os arquivos e centros de memória dos TRT's; • Divulgar o patrimônio arquivístico da JT de 1º e 2º graus. 	<ul style="list-style-type: none"> • CGDOC
5.3 Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de capacitação, desenvolvimento e valorização profissional para a JT de 1º e 2º graus; • Criação de Cargos e Varas do Trabalho; • Controle da implantação da gestão por competências na JT de 1º e 2º graus. 	<ul style="list-style-type: none"> • TRTs • CNJ 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o desenvolvimento e valorização de servidores e magistrados da Justiça do Trabalho para um melhor desempenho de suas funções; • Supervisionar a gestão dos cargos e funções dos TRTs • Propor normativos relativos à gestão de pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> • CGPES

MACROPROCESSO 6: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Tem por objetivo divulgar, para os públicos interno e externo, por meio de diferentes canais de comunicação, decisões, informações e serviços prestados pelo CSJT e pela JT de 1º e 2º graus.



PROCESSO	RESULTADOS	CLIENTES	NECESSIDADES	UNIDADES TÉCNICAS
6.1 Comunicação Externa	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação de conteúdo sobre o CSJT e a JT de 1º e 2º graus; • Divulgação de imagem da Justiça acessível e integrada; • Transparência; • Construção e fortalecimento do relacionamento com a sociedade; • Alinhamento das ações de comunicação entre o CSJT e da JT de 1º e 2º graus; • Acesso facilitado às informações do CSJT e da JT de 1º e 2º graus. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade; • JT de 1º e 2º graus; • Demais Órgãos Externos; • TST 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e atualizar as mídias utilizadas pela Comunicação do CSJT; • Desenvolver meios para acesso e interatividade da sociedade com o CSJT e a JT de 1º e 2º graus; • Desenvolver as campanhas de importância para o CSJT; • Divulgar as decisões judiciais e administrativas relevantes do CSJT e da JT de 1º e 2º graus; • Manter Interlocução com órgãos externos; • Atender aos dispositivos legais relativos à transparência institucional; • Formular diretrizes para as ações de comunicação da JT de 1º e 2º graus; • Supervisionar administrativamente as áreas de comunicação da JT de 1º e 2º graus. 	<ul style="list-style-type: none"> • ASCOM
6.2 Comunicação Interna	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de atividades de interesse do CSJT; • Melhoria da comunicação entre as unidades administrativas do CSJT. 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidades Administrativas do CSJT; • Conselheiros do CSJT 	<p>Integrar as ações das unidades administrativas do CSJT por meio das mídias utilizadas pela Comunicação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ASCOM
6.3 Promoção, acompanhamento e orientação de ações legislativas visando ao aprimoramento da Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de cargos e varas do trabalho; • Suplementação do orçamento da JT de 1º e 2º graus; • Alteração de leis relacionadas à JT de 1º e 2º graus; • Alteração na estrutura do CSJT e da JT de 1º e 2º graus. 	<ul style="list-style-type: none"> • CSJT; • JT de 1º e 2º graus; • TST 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar e promover, junto ao Congresso Nacional, a aprovação de projetos de lei de criação de cargos, funções na JT de 1º e 2º graus; • Acompanhar e promover, junto ao Congresso Nacional, a aprovação de Projetos de lei de criação de Varas do Trabalho; • Acompanhar, junto ao Congresso Nacional, a aprovação de projetos de lei de suplementação orçamentária para a JT de 1º e 2º graus. 	<ul style="list-style-type: none"> • ASRI

MACROPROCESSO 7: GESTÃO E GOVERNANÇA DE TIC

Tem por objetivo a gestão e governança em Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT e da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.



PROCESSO	RESULTADOS	CLIENTES	NECESSIDADES	UNIDADES TÉCNICAS
7.1 Supervisão da gestão de TIC na JT	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura tecnológica adequada às necessidades de TIC de 1º e 2º grau; • Sistemas de TIC padronizados; • Integração entre os sistemas de TIC usados na JT de 1º e 2º grau; • Adequada execução de projetos e processos ligados à TIC; • Recursos e soluções de Segurança da Informação; • Serviços de TIC adequados às necessidades da JT 	<ul style="list-style-type: none"> • CSJT; • Justiça do Trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir e acompanhar o cumprimento de metodologias e normas de gestão de TIC; • Integrar e aperfeiçoar os sistemas e serviços computacionais, de âmbito nacional, da Justiça do Trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • SETIC
7.2 Governança de TIC	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura de responsabilidades e direitos de decisão no uso de TIC para projetos nacionais; • Processos de trabalho, procedimentos, práticas e controles bem definidos; • Ações corporativas para aprimoramento da Gestão de TIC; • Adequada aplicação de investimentos ligados ao PETIC; • Segurança da Informação; • Processo Judicial Eletrônico (PJ-e) adequado às necessidades da JT. 	<ul style="list-style-type: none"> • JT de 1º e 2º grau; • CSJT; • CNJ; • Sociedade; • TST 	<ul style="list-style-type: none"> • Supervisionar a Governança de TIC da JT de 1º e 2º grau; • Melhorar continuamente o PJ-e. 	<ul style="list-style-type: none"> • SETIC

GLOSSÁRIO

SIGLA/NOME	CONCEITO
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
ASRI	Assessoria de Relações Institucionais
CCAUD	Coordenadoria de Controle e Auditoria
CFIN	Coordenadoria de Orçamento e Finanças
CGDOC	Coordenadoria de Gestão Documental
CGEST	Coordenadoria de Gestão Estratégica
CGPES	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPROC	Coordenadoria Processual
CSJT	Conselho Superior da Justiça do Trabalho
JT	Justiça do Trabalho
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PETIC	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PJ-e	Processo Judicial Eletrônico
PPA	Plano Plurianual
SETIC	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
TRT's	Tribunais Regionais do Trabalho
TST	Tribunal Superior do Trabalho